



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE LARANJEIRAS DO SUL
CURSO DE GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - LICENCIATURA**

JAQUELINE ANK

**A LUTA PELA TERRA SOB A PERSPECTIVA DA JUVENTUDE: OS
JOVENS FILHOS DE FAMÍLIAS CAMPONESAS PARTICIPANTES DE
MOVIMENTOS PELA REFORMA AGRÁRIA**

LARANJEIRAS DO SUL

2017

JAQUELINE ANK

**A LUTA PELA TERRA SOB A PERSPECTIVA DA JUVENTUDE: OS
JOVENS FILHOS DE FAMÍLIAS CAMPONESAS PARTICIPANTES DE
MOVIMENTOS PELA REFORMA AGRÁRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Licenciada em
Interdisciplinar em Educação do Campo:
Ciências Sociais e Humanas, Curso
Interdisciplinar em Educação do Campo:
Ciências Sociais e Humanas - Licenciatura
Universidade Federal da Fronteira Sul,
Campus Laranjeiras do Sul.

Orientador Prof.Dr. Gracialino da Silva Dias

**LARANJEIRAS DO SUL
2017**

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

ANK, JAQUELINE

A LUTA PELA TERRA SOB A PERSPECTIVA DA JUVENTUDE: OS JOVENS FILHOS DE FAMÍLIAS CAMPONESAS PARTICIPANTES DE MOVIMENTOS PELA REFORMA AGRÁRIA / JAQUELINE ANK. -2018. 47 f.

Orientador: GRACIALINO DA SILVA DIAS.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS - LICENCIATURA, Laranjeiras do Sul, PR, 2018.

1. EDUCAÇÃO CAMPONESA. 2. QUESTÃO AGRÁRIA. 3. JUVENTUDE. I. DIAS, GRACIALINO DA SILVA, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elabora pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)



JAQUELINE ANK

**A LUTA PELA TERRA SOB A PERSPECTIVA DA JUVENTUDE: OS
JOVENS FILHOS DE FAMÍLIAS CAMPONESAS PARTICIPANTES DE
MOVIMENTOS PELA REFORMA AGRÁRIA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul - *Campus* Laranjeiras do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Gracialino da Silva Dias

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

07/06/2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gracialino da Silva Dias

Prof.ª Dra. Katia Aparecida Seganfredo

Prof. Dr. Luiz Carlos de Freitas

Dedico este trabalho a minha filha Sophie Ank Nunes que trouxe mais luz para minha vida, aos meus pais Salvador Ank e Valdevina O. Ank e aos meus irmãos que sempre me incentivaram a não desistir apesar de todos os tropeços ao longo do curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me colocou de pé todos os dias e me deu forças para finalizar este trabalho mesmo com tantos “atropelos”.

Agradeço imensamente meu esposo Sidemar Presotto Nunes pela sua paciência ao me ajudar a solucionar dúvidas, sua dedicação em contribuir com a construção do trabalho, por me acompanhar no trabalho de campo e também por cuidar de nossa filha sozinho enquanto eu escrevia, sem o seu companheirismo eu não teria conseguido.

Agradeço muito o professor Gracialino Dias, orientador e amigo, que não mediu esforços para me ajudar realizar este trabalho. Admiro-te muito querido mestre!

Agradeço minha amiga Karina Hiane Cassol por ouvir meus desabafos compartilhar seus conhecimentos, me dar ideias e ser sempre presente pro que fosse necessário. Amiga você é um dos maiores presentes que esse curso me trouxe.

Agradeço de coração meus amigos de infância que se dispuseram a responder minha pesquisa, ter contato com vocês novamente me trouxe recordações maravilhosas.

Agradeço aos companheiros lideranças do Acampamento que me receberam com muito carinho em suas casas para que eu realizasse minha pesquisa de campo.

Agradeço a professora do curso Ana Cristina Hammel que me ajudou muito durante todo o curso, com seus concelhos e puxões de orelha, obrigada por insistir que eu continuasse e por buscar meios de me ajudar inclusive financeiramente.

Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence. (Bertold Brecht)

RESUMO

Este trabalho sintetiza os estudos da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo situando o tema da juventude camponesa. Trata dos determinantes da questão agrária brasileira e o modo como a educação se localiza no seu interior, do ponto de vista daqueles que lutam por conquistar a terra para nela viver e trabalhar. Tem por objetivos verificar como a juventude camponesa compreende a luta pelo acesso à terra e a importância que a educação pode representar para a afirmação da identidade camponesa e da sua luta enquanto luta de classes. A justificativa do trabalho liga-se à necessidade da análise do tipo de capitalismo que temos no Brasil, isto é: um capitalismo atrasado, dominado pelo imperialismo implicando no esvaziamento demográfico do campo brasileiro e na evasão da juventude rural, implicando em graves consequências para a produção de alimentos e sobre as condições de vida das famílias camponesas expulsas para as periferias das grandes cidades. A investigação conjuga o estudo da literatura da área com a modalidade de pesquisa de campo, mediante pesquisa empírica, a partir de estudo de caso com jovens membros de famílias camponesas mobilizadas na luta pela terra e pela reforma agrária, jovens estes que moraram no acampamento Porto Pinheiro, no município de Porto Barreiro, PR. Adota o referencial do materialismo histórico e dialético, concebendo a educação, a cultura e as formas de representações ideológicas como resultante das contradições das bases materiais da sociedade, do modo capitalista de produção. Espera contribuir com a compreensão teórica sobre a formação de professores comprometidos com a transformação da barbárie capitalista em uma sociedade de pessoas emancipadas, principalmente da educação camponesa. Foram entrevistados oito jovens, escolhidos a partir dos seguintes critérios: 1) ter participado da ocupação; 2) terem participado do momento de divisão dos lotes; 3) terem saído sozinhos do acampamento, não com suas famílias. Também foram entrevistadas 2 lideranças que ainda permanecem no Acampamento, afim de melhorar a construção da história do local. Conclui-se que dentre os maiores motivos que tiram os jovens do campo estão a falta de acesso a educação, trabalho e políticas públicas específicas. Percebe-se a partir das entrevistas a falta de compreensão sobre a questão agrária brasileira por parte dos jovens, que não ultrapassa a esfera do senso comum, não demonstrando ter conhecimento sobre a natureza histórica do latifúndio como fator de atraso da nossa sociedade e de dominação do nosso país pelo imperialismo.

Palavras-chave: educação camponesa; questão agrária; juventude.

SUMÁRIO

RESUMO	8
INTRODUÇÃO	10
1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA NA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO	12
1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A LUTA PELA TERRA	12
1.2 A EDUCAÇÃO CAMPONESA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO	16
2 FORMAÇÃO DE UM ACAMPAMENTO, PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE E CONQUISTA DO TERRITÓRIO	20
3 A VIDA NO CAMPO BRASILEIRO: O PONTO DE VISTA DOS JOVENS MEMBROS DE FAMILIAS MOBILIZADAS NA LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA DO ACAMPAMENTO PORTO PINHEIRO	25
3.1 O CASO DO ACAMPAMENTO	25
3.2 JOVENS MEMBROS DAS FAMÍLIAS DO ACAMPAMENTO	28
3.3 A QUESTÃO AGRÁRIA NA VISÃO DOS JOVENS	31
3.4 EDUCAÇÃO E TRABALHO NA VISÃO DOS JOVENS.	32
3.5 A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NA LUTA E PERSPECTIVAS DE FUTURO NA VIDA CAMPONESA NA OPINIÃO DOS JOVENS.	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	39
Anexo 1 - Questionário semi-estruturado para entrevistas dos jovens camponeses	42
Anexo 2 - Questionário semi-estruturado para entrevistas com liderança do acampamento Porto Pinheiro (Manasa) no município de Porto Barreiro.	43
Anexo 3 – Fotos	44

INTRODUÇÃO

A educação do campo, em bases críticas, deve levar em consideração a situação do tipo de capitalismo que temos no Brasil, em geral, e da forma particular como este mesmo modo de produção se expande no campo brasileiro. Considera-se por bases críticas a práxis¹ como transformação necessária da realidade.

O desenvolvimento deste trabalho circunscreve-se no contexto histórico das pesquisas mediadas pela Geografia Agrária, sob a formulação de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2007), relacionada com as análises da educação brasileira e da pedagogia concebidas por Saviani (2008) nas teses sobre a *Pedagogia Histórico-crítica*.

Trata-se de um estudo em que a autora não se isenta da análise, pois se identifica como trabalhadora camponesa, filha de camponeses envolvidos e mobilizados há anos na luta pela terra para quem nela vive e trabalha.

Busca-se articular a compreensão analítica do problema comprometida com a solução do mesmo problema, ou seja, não haverá liberdade para o pensamento acadêmico, teórico ou crítico do filho do camponês estudante universitário, ou de qualquer outro nível de ensino, se a sua família não conquistar o direito a terra para viver com dignidade.

Este trabalho é resultante da articulação de procedimentos investigativos conjugados a partir da metodologia da pesquisa literária com a pesquisa de campo. A primeira incorporou aspectos teóricos da Geografia Agrária para a caracterização do campo brasileiro, relacionados com os aspectos da educação e da organização escolar, na sociedade de classes, com ênfase na educação do campo. A segunda explora um estudo de caso, como pesquisa qualitativa (LUDKE e ANDRÉ, 1986) junto a um grupo de jovens filhos de famílias camponesas e organizadas na luta pela

¹ A expressão práxis refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado como um ser da práxis, entendida a expressão como conceito central do marxismo, e este como a “filosofia” (ou melhor, o “pensamento”) da práxis. A palavra é de origem grega e, de acordo com Lobkowitz, “refere-se a quase todos os tipos de atividades que o homem livre tem possibilidade de realizar; em particular, a todos os tipos de empreendimentos e de atividades políticas” (1967: 9). (BOTTOMORE, 2001)

terra, do acampamento Porto Pinheiro, localizado no município de Porto Barreiro PR, com a utilização de entrevistas individuais amparadas em questionários semi-estruturados (**modelo em anexo**).

Com oito anos de idade, juntamente com minha família, participei da ocupação desta área e vivi lá por mais ou menos 10 anos entre idas e voltas. A luta do MST e a vivência em um acampamento proporcionam grande aprendizado, mesmo não morando mais no acampamento, me sinto “fruto” daquele espaço, com isso tenho o desejo de dar algum tipo de retorno àquela comunidade, e mostrar o quanto foi importante para mim, viver lá.

O trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro apresenta um relato histórico da formação dos latifúndios do nosso país e sua ligação historicamente direta com os cargos políticos, trata também da educação como resultado da luta prática, uma educação do campo construída a partir da vivência camponesa.

O segundo capítulo aborda sobre a formação de um Acampamento e os passos necessários para conquista do território, elaborado a partir de pesquisa bibliográfica e também de entrevistas realizadas com lideranças do Acampamento Porto Pinheiro.

O terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa de campo realizada no Acampamento Porto Pinheiro, que está localizado no município de Porto Barreiro à 20 km de Laranjeiras do sul, estado do Paraná, este com 96 famílias, já com os lotes divididos autonomamente, há 19 anos e 9 meses esperando pela regularização do INCRA. Foram entrevistadas duas lideranças que residem no local, e também oito jovens que não moram mais no Acampamento, eles têm entre 22 e 31 anos, e foram escolhidos através de critérios específicos: 1) deveriam ter participado da ocupação; 2) terem participado do momento de divisão dos lotes; 3) terem saído sozinhos do acampamento, não com suas famílias.

1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA NA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Esta parte o trabalho trata sobre a constituição da questão agrária brasileira, desde uma perspectiva histórica, bem como sua importância à compreensão das relações de poder, na sociedade brasileira atual. Trata também sobre a educação do campo e a educação camponesa, ou seja, como a partir das lutas práticas e concretas se forja um tipo de educação, como parte do processo da educação da classe trabalhadora.

1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA E A LUTA PELA TERRA

A questão agrária brasileira prende-se às condições históricas da formação de nosso país desde o encontro entre as culturas pré-colombianas e europeias, em 1500 e, posteriormente, com a cultura dos povos africanos trazidos para o Brasil. Os povos nativos foram submetidos pelos conquistadores europeus, bem como os povos africanos foram trazidos sob a condição submissa de escravos. Assim, os conquistadores portugueses passaram a dominar os povos e o próprio território. Dessa dominação do território, nasce a estrutura fundiária brasileira, primeiro pelas Capitânicas Hereditárias e em seguida, pelas Sesmarias.

A estrutura latifundiária presente nos dias atuais é herdeira legítima da dominação das Capitânicas e das Sesmarias, caracterizando a expulsão dos povos nativos de suas terras e impedindo que o negro escravo e seus descendentes tivessem acesso à terra.

O final do Século XIX e início do Século XX são marcados por violentas lutas pela terra no Brasil, ao mesmo tempo em que se expandia o capitalismo para a dominação semi-colonial, inglesa e depois norte americana, em substituição à antiga dominação colonial portuguesa. Não é objetivo deste estudo, mas cabe ressaltar a importância histórica da GUERRA DE CANUDOS (1895-1896), no sertão nordestino no final do século XIX e da GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916), no início do século XX.

Tomam-se essas referências, dentre outras, em face da escolha teórica no desenvolvimento deste trabalho pautar-se pela historicidade como categoria explicativa da questão agrária. Isso porque os massacres de massas² camponesas são uma constante na história do Brasil, marcada pela dominação do sistema latifundiário. A história brasileira está repleta de violências e massacres contra os camponeses pobres e as populações nativas, as quais devem ser estudadas e analisadas e delas tiradas importantes lições para a Educação do Campo e a nossa identidade camponesa.

Na atualidade, constata-se a vinculação entre a dominação do sistema latifundiário com o sistema de poder representado pelo Estado brasileiro, como Estado de latifundiários e grandes burgueses, tendo como decorrência a má distribuição de terras. Um exemplo disto pode ser observado pela denominada “bancada ruralista”, formada por parlamentares latifundiários ou seus prepostos, em quase todos os partidos do parlamento brasileiro. Entre nossos “[...] parlamentares oriundos de partidos distintos, que se propõem a defender um assunto ou tema específico, que culminam na defesa dos seus interesses da classe, como proprietários de terra ou capitalistas da agricultura.” (COSTA e OLIVEIRA, 2011, p. 2).

Na maioria dos municípios do país a política e seus cargos estão inteira ou parcialmente ligados ao acúmulo de terras. Municípios pobres com grande espaço territorial e número populacional baixo no campo ou mesmo na cidade; números estes que mostram facilmente que a terra está concentrada em latifúndios, e seus proprietários ou atuam ou “dão as ordens” na administração local e regional, eliminam os pequenos proprietários de terra e não investem em criação de empregos. Tal situação se estende para os âmbitos estaduais e federais.

A inserção dos grandes proprietários de terras e seus apoiadores no “comando” do país suga os poucos direitos destinados para os pequenos agricultores. Preparados para exercer a função de manipulação e tomada do comando fundiário do país, ganham espaço através dos setores públicos. Costa e Oliveira afirmam que:

[...] um grupo de deputados federais e senadores que se mobilizam para defender no Congresso Nacional os interesses dos ruralistas,

² Grande grupo de pessoas de uma determinada classe (referido no texto a “classe camponesa”) que lutam em prol de um objetivo comum.

encaminhando Projetos de Lei, mobilizando suas bases eleitorais e outros deputados e senadores aliados para fazerem pressão sobre o Congresso e o Governo. Além da auto-identificação como ruralistas, em geral, tem diferentes formações profissionais e ao longo de suas trajetórias políticas exerceram cargos públicos eletivos ou não eletivos de esfera municipal, estadual e federal (COSTA e OLIVEIRA, 2011, p.2).

Segundo Costa e Oliveira (2011) os cargos que rodeiam o governo de nosso país passam de mão em mão, deputados migram para senadores, e outros cargos sempre com a mesma finalidade de defender os interesses do latifúndio. Esta situação chega a tal ponto de se “legitimar” a atuação dos latifundiários-políticos e legalizar a violência no campo com a criação da Bancada Ruralista e da União Democrática Ruralista-UDR, aumentando e deixando mais sangrento os conflitos entre camponeses e grandes proprietários que a partir daí se viram ainda mais protegidos pela lei.

Esta situação de defesa dos latifundiários por parte dos que deveriam buscar formas, projetos, para “organizar” a distribuição da terra (os políticos), fez com que a luta pela terra sempre estivesse presente no Brasil. A industrialização e urbanização do país desde os anos 30 e 40, que aumentou a “retirada” de muitos camponeses da área rural, também aprofundou os conflitos e deu início a mobilizações e organizações dos camponeses. De acordo com Oliveira:

Parte desses conflitos derivavam das tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados rurais buscada pelo então, Partido Comunista do Brasil, fruto de sua curtíssima legalidade pós Constituição de 1946. Assim, o final da década de 40, os anos 50 e o início da década de 60 foram marcados por este processo de organização, reivindicação e luta no campo brasileiro. No Nordeste esse processo ficou conhecido com a criação das “Ligas Camponesas”, cuja luta pela terra e contra exploração do trabalho marcou significativamente sua ação (OLIVEIRA, 2007, p. 104).

Dentre as lições aprendidas pelos massacres sofridos dos camponeses brasileiros está a sua organização. As ligas camponesas organizadas na década de 1940 são resultados deste aprendizado. A criação das Ligas Camponesas se deu através da iniciativa do Partido Comunista que, buscando organizar os camponeses, assalariados, meeiros, parceiros, posseiros e pequenos proprietários de terra tomou conhecimento de suas formas de “agrupamento” que em meados de 1945 em vários estados se dava através da igreja. A partir daí, procurou adaptar os objetivos das organizações de forma que estes trabalhadores entendessem e criassem sua própria identidade, e assim em alguns estados criaram-se então as “Irmandades”,

segmento dos grupos da igreja que tinham os mesmos objetivos das Ligas, mas, que duraram menos. Há de se considerar então que:

Foi, portanto, com as Ligas Camponesas, nas décadas de 40 a 60, que a luta pela reforma agrária no Brasil ganhou dimensão nacional. Nascidas muitas vezes como sociedade beneficente dos defuntos, as ligas foram organizando, principalmente no Nordeste brasileiro, a luta dos camponeses foreiros, moradores, rendeiros, pequenos proprietários e trabalhadores assalariados rurais da Zona da Mata, contra o latifúndio. (OLIVEIRA, 2007, p.106)

As Ligas Camponesas expandiram a luta pela terra nacionalmente, mas, outros conflitos como Canudos, Contestado, Posseiros, motivados por situações também referentes a terra, sua legalização, direito e uso, aconteceram, muitas vezes mais pontuais, em regiões distintas do país, marcando o quanto a luta sempre se fez presente para os camponeses brasileiros.

Em 1964 o golpe civil-militar impediu a implementação do Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, dado o peso da aliança latifundiário e imperialista da época dando também início a perseguições e punições das lideranças camponesas. Em seu lugar, se desenvolveu a chamada modernização conservadora da agricultura, via mecanização (SILVA, 1993).

De acordo com o mesmo autor, a Constituição Federal de 1988 confinou a reforma agrária como mecanismo de resolução de conflitos pontuais, ou seja, limitou a possibilidade de uma ampla reforma no país.

Nos anos 80 surge o MST – Movimento Sem Terra, como o maior e mais expressivo movimento de luta pela terra no país e que permanece nessa posição até o início dos anos 2000. De acordo com o relatório Dataluta (2014) há no Brasil 126 movimentos de luta pela terra, em 2016 este mesmo grupo de pesquisa divulgou um quadro onde mostra cada movimento e em que estado atuou entre os anos de 2000 a 2016 e 21 desses movimentos socioterritoriais atuaram no estado do Paraná neste período, são eles: CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; GRUPO XAMBRE Grupo Xambrê; MAST Movimento dos Agricultores Sem Terra; MLST Movimento de Libertação dos Sem Terra; MLSTL Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta; MLT Movimento de Luta pela Terra; MMA Movimento de Mulheres Agricultoras; MOVIMENTOS INDÍGENAS Movimentos Indígenas; MOVIMENTO DOIS DE DEZEMBRO Movimento Dois de Dezembro; MSO Movimento Social Organizado PR; MSONT Movimento Sonho da Terra PR; MSST Movimento Social dos Sem Terra; MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; MTB Movimento Terra Brasil; MTR Movimento dos Trabalhadores Rurais; Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Paraná; MTST Movimento dos

Trabalhadores Sem Terra; MUT Movimento Unidos pela Terra; OAC Organização Agrária Camponesa PR; OI Organização Independente; OTC Organização dos Trabalhadores no Campo.(Dataluta 2017).

1.2 A EDUCAÇÃO CAMPONESA E A EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação Camponesa refere-se à educação no sentido geral como o aprendizado nascido das lutas, considerando a luta de classes como motor da história, como teriam afirmado Marx e Engels no *Manifesto Comunista* de 1848. Quando há luta há aprendizado e, portanto, as lutas de classes representam o experimento mais avançado da educação das massas. Os trabalhadores aprendem, instintivamente, politicamente, ideologicamente e organicamente.

A educação camponesa, sob a dimensão teórica da educação popular relaciona-se com as três práticas: (1) prática política, como luta de classes, pelo poder contra as classes latifundiárias e o seu sistema de opressão; (2) prática produtiva nascida das relações de produção e do trabalho para a existência e a produção de alimentos e econômica da vida material, como controle da produção pelo trabalhador; e, (3) prática pela experimentação científica como forma de estudo e apreensão da filosofia do raciocínio lógico matemático, das leis que regulam a natureza, da história, da lingüística e das artes, como apreensão subjetiva da realidade. Estas três práticas são partes do ensinamento do materialismo histórico dialético presentes na obra de MAO TSE TUNG, em “Sobre a Prática e sobre a Contradição” (1999).

A classe dos camponeses pobres no Brasil ao lutar pela terra se educa, assumindo novas formas de educação e ao se educar incorpora a pauta da educação como parte da luta pela terra. O camponês toma consciência da importância da educação “institucionalizada” bem como os aprendizados do dia a dia. Assim nasce e se desenvolve a educação camponesa no Brasil. Nasceu, primeiro, como educação popular e posteriormente, sofreu um relativo grau de institucionalização, sendo incorporada como Educação do Campo, nas políticas públicas.

Importante desafio para a educação e para os educadores que atuam ou pretendem atuar na educação do campo é relacionar a luta pela educação com a

luta pela terra. A luta pela terra para os camponeses pobres sem terra ou com pouca terra não atinge os seus objetivos sem a destruição do sistema latifundiário no seu todo, pois cerca de 50% das terras tituladas para a agricultura brasileira, segundo o IBGE, estão sob o controle de 2% de proprietários formados por latifundiários.

Trata-se de colocar em primeiro plano a luta de classes do campesinato brasileiro em aliança com os trabalhadores da cidade, para destruir todos os latifúndios, e em segundo plano, complementar a necessária defesa da educação para as amplas massas de camponeses.

A Educação do Campo passou por diversos momentos em seu processo de **institucionalização**. Segundo Segnfredo (2015):

- Década de 80 – fechamento de escolas públicas no campo (nucleação ou consolidação) – abandono escolar;
 - 1996 realizado o I Censo Nacional da Reforma Agrária;
 - 1997 I ENERA – Encontro Nacional Educadores da Reforma Agrária;
 - 1998 – I Conferência Nacional de Educação do Campo;
 - 1998 - PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária;
 - 2004 – Criação da SECAD – federal;
 - 2004 – II Conferência Nacional;
- LEGISLAÇÃO ESPECIFICA
- 2002 – diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo;
 - 2004 – criação da SECAD – federal;
 - 2004 – II Conferência Nacional;
 - 2008 – Diretrizes complementares para a Educação do Campo
 - Decreto n. 7.352/2010;

Em nossa sociedade a educação é tratada como mercadoria, tanto na qualidade, como no acesso. Há uma linha imaginária que divide a educação para ricos da educação para os pobres, e isso afasta ainda mais quem já vive alguma outra forma de exclusão.

O capitalismo impõe um padrão, uma divisão, e a sociedade segue, fazendo com que as pessoas já atingidas pela pobreza e falta de condição digna de vida, se afastem mais e mais de suas possibilidades de melhoras conforme relata Hidalgo:

O fato de pertencer o um lar pobre aumenta as probabilidades de que a criança tenha que trabalhar e deixar a escola. As baixas taxas de escolaridade vão marginalizá-la da economia formal. Terá, ainda, dificuldade de formar uma família que possa superar essas condições. (HIDALGO, 2012, p. 129).

No campo há pouca diferença da cidade, pois mesmo que a simplicidade da vida do campo não seja tão excludente e que a escola esteja lá, os processos de ensino – aprendizagem muitas vezes são os mesmos, fazendo com que nossas crianças não vejam perspectivas de melhora na vida e desde muito cedo já comecem pensar em ir embora. Esse tipo de educação impossibilita a criação de uma identidade camponesa e isso faz com que muitas pessoas não consigam se identificar como classe.

Mesmo que a escola esteja localizada no campo, se ela não possui um projeto diferenciado de educação “do campo”, os alunos recebem uma educação planejada a dar rumo ao seu futuro de forma à seguir o que o capitalismo impõe, tendo o campo como local de atraso como afirma CALDART.

Considerando a escola pública no contexto do modo de produção capitalista, percebe-se que hoje no campo, como no conjunto da sociedade, predomina uma educação que conforma os trabalhadores a uma lógica que é de sua própria destruição: como classe, como grupo social, como humanidade. Para romper com a lógica instalada, de submissão às necessidades da reprodução do capital e degradação das condições de vida humana, em todas as dimensões, é preciso agir para instaurar um projeto de formação / educação que coloque as famílias da classe trabalhadora em um movimento de construção de alternativas abrangentes de trabalho, de vida, em um novo formato de relações campo e cidade, de relações sociais, de relações entre os seres humanos, entre os seres humanos e a natureza. (CALDART, 2011; p. 64)

A educação do campo surge com a finalidade de preparar o jovem para o que ele quer. Construir uma identidade de sujeito de direitos, e não aceitar o que é “imposto” a ele para reafirmá-lo como classe excluída.

No sistema capitalista, poucos são interessados em mudanças que beneficiem os menos favorecidos. A divisão se dá em tudo, mas quase nunca de maneira igual, se fortalece sempre a frase popular “poucos com muito, e muitos com pouco”. Intelectuais encabeçam ambas as classes, mas a represália a quem defende a evolução das classes pobres é grande.

No campo e na cidade, a vida, as relações, a construção do futuro, são princípios das lutas de classes, mas muitas vezes as classes não sabem direito de quem é o papel de atender suas reivindicações, e no esclarecimento dessas dúvidas a educação do campo é muito importante, pois ajuda na emancipação dos sujeitos do campo, mas, para ela criar forças é necessário amplo apoio principalmente das políticas públicas. No interior da escola do campo é também de extrema importância profissionais formados para valorizar as especificidades do campo e com isso conseguir instruir de maneira correta não só os alunos, mas também a comunidade como um todo seguindo o que diz Hidalgo:

A gestão democrática da escola, na medida em que favorece a aproximação da escola com seu entorno social e cria espaços de formação política via participação nas decisões, também deve ser pensada a partir da sua especificidade social. Isso implica, no reconhecimento das diferenças entre os papéis assumidos pelos profissionais que nesta atuam. (HIDALGO, 2012, p. 137).

A educação do campo deve fortalecer os vínculos escola, comunidade, criando assim mentes capazes de conduzir suas lutas em busca de uma vida melhor no campo. Sendo assim educação, trabalho, dignidade, campo e cidade, já interligados naturalmente, só melhorarão suas relações e se fortalecerão quando se reconhecerem como classe igual, proletários e camponeses unidos valorizando suas ligações e percebendo que a existência de um depende da força do outro, o projeto da educação do campo se fortalecera mais e mais desde que as classes estejam fortalecidas.

Na perspectiva da **educação do campo institucionalizada**, a escola é um espaço imprescindível para se aplicar a Educação do Campo, mas esta vai além da escola, é preciso dialogar com a comunidade, pois a escola deve contribuir com a comunidade em diversos fatores (cultural, social, artístico e outros) conforme explica Molina:

A educação do campo nos processos escolares busca cultivar um conjunto de princípios que devem orientar as práticas educativas que promovem, com a perspectiva de oportunizar a ligação da formação escolar com a formação para uma postura na vida, na comunidade, o desenvolvimento do território rural, compreendido este como espaço de vida dos sujeitos camponeses. (MOLINA, 2012, p. 327)

Saber quem são os sujeitos protagonistas da educação do campo é necessário, pois quanto mais se aplica a relação do ambiente em que se vive, com o que está estudando, mais facilita o aprendizado, é necessário também políticas

públicas de qualidade para dar assistência a escola, aos educadores e aos educandos.

A formação do educador do campo também vai além do que se estuda, é preciso compreender a fundo em que se vai atuar, daí vem a importante questão de o educador ser da própria comunidade, ou buscar conhecer a comunidade em que trabalha, ele tem a obrigação de se fazer diferente, buscar a igualdade, a coletividade, unir escola, comunidade e sujeitos em geral, orientar os educandos sobre a importância de lutar para construir uma nova sociedade, por isso uma formação específica voltada ao campo é tão importante, para formar educadores comprometidos com a transformação social.

2 FORMAÇÃO DE UM ACAMPAMENTO, PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE E CONQUISTA DO TERRITÓRIO

A má distribuição de terras de nosso país leva milhares de famílias a unirem-se aos movimentos de luta pela terra dentre estes um dos maiores é o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ou Movimento Sem Terra). Buscando resgatar sua origem de trabalhador camponês, a participação de toda a família na luta é de suma importância.

As famílias que se unem ao Movimento Sem Terra não o fazem apenas por “amor a luta”, a organização para um acampamento parte da necessidade de retomar o espaço perdido no campo e assim produzir o sustento das famílias. É por este motivo que pequenos agricultores, agregados de áreas agrícolas, peões de fazendas, em geral pessoas ligadas a agricultura de alguma forma, sem ou com pouca terra, com um objetivo em comum de trabalhar, plantar e colher seu sustento, encaram o preconceito e as condições precárias de um barraco de lona e vão à luta.

Sendo famílias de regiões, culturas, costumes diferentes, inicialmente são destinadas a um determinado local em comum para se organizarem e buscarem um espaço onde irão construir seu território, os espaços são fazendas improdutivas, ou que pertencem ao Estado, e estão sob a posse de empresas ou pessoas que tomaram estas de seus moradores, proprietários ou posseiros de formas diversas, na maioria das vezes com uso da força e violência.

A determinação do território de um acampamento se dá a partir da ação de ocupação de determinado espaço (fazenda), que estabelece o poder as famílias que lá se encontram, as áreas ocupadas em poucos dias se tornarão produtivas, pois o primeiro objetivo da tomada da terra improdutiva é a subsistência, dar-se-á então a transformação do espaço em território.

Sem dúvida, sempre que houver homens em interação com um espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho, e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social, estar-se-á também diante de um território (SOUZA, 1995 p.96).

Outra questão existente nesse primeiro momento de construção de um acampamento é o grande número inicial de famílias, que, normalmente vai se reduzindo com o passar do tempo, em face das adversidades das condições de vida das famílias acampadas.

Coloca-se na área uma quantidade grande de famílias por motivos até mesmo “dolorosos”, ao adentrar a área pode haver confronto, quanto maior o número de famílias/pessoas nesse momento, melhor, pois, ira dificultar alguma ação por parte de capatazes ou seguranças que possam estar no local, para possível enfrentamento, há também muitas famílias que desistem então acontece uma grande redução do número inicial das famílias, redução esta já prevista pelos dirigentes que já mandam para as fazendas um número grande de famílias, muitas vezes até maior do que a área comporta. Há motivos diversos para essa redução: falta de condição de sobreviver até que se consiga produzir algum alimento, doenças, fragilidade emocional (medo), pressão de familiares de fora do acampamento, entre outros. Essa redução é chamada pelos dirigentes do movimento de “seleção natural”, nome este equivocado, pois não é de forma natural que as famílias optam por abandonar a luta, e sim por questões sociais, falta de alimento, por exemplo, nunca deveria ser considerada uma condição natural, já que consta até mesmo na Constituição Federal do país que todo cidadão deve ter o que comer e onde morar.

Também é comum no início de um acampamento permanecer apenas os homens de algumas famílias, ou seja, quando se têm filhos pequenos, as mulheres ficam em casa de familiares e só vão para o acampamento quando já há alguma estabilidade, quando conseguem fazer barracos melhores ou há menor risco de enfrentamento com capatazes ou seguranças.

A territorialização do espaço se dá devido ao grande número de famílias que ocupam a área, normalmente “abandonada” ou ocupada por poucas famílias (peões, seguranças ou capatazes), movimento esse que acontece de forma a surpreender os mesmos em meio à madrugada. O território se dá através da relação de poder, seja ele forçado ou não.

O poder corresponde à habilidade humana de não apenas agir, em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo, pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido (ARENDETT in SOUZA, 1995, p.80)

Após ocupar uma área algumas ações devem acontecer de imediato: a organização da segurança, a escola, (se ela vai ser itinerante, se os alunos vão para a cidade, como se dará esse processo), e uma das mais importantes é o cultivo. Buscam-se os melhores espaços para se plantar e as famílias já nos primeiros dias nos arredores dos barracos vão capinando e organizando suas hortas.

A participação dos jovens deve ser efetiva em todas as áreas, pois ele é o sucessor da terra, sua presença na tomada de decisões é indispensável. O jovem também traz suas demandas, necessita de lazer, cultura, oportunidades de estudos, são importantes desde cursos internos para formação política e conscientização de sua importância e responsabilidade até o apoio do acampamento em geral para que cursem a faculdade e aprofundar seus estudos.

Quando se trata do jovem rural, não há amparo governamental. O jovem do campo não é reconhecido, não recebe tratamento específico para suas necessidades, os programas voltados para estes sujeitos são raros e pequenos e também não atendem suas necessidades.

Não é exagero dizer que os jovens rurais brasileiros não gozam do direito à cidadania quando se trata de admiti-los como sujeitos ou atores políticos com direito de participar das decisões que afetam sua vida e seu futuro. Além disso, da perspectiva dos direitos sociais, mesmo os mais elementares, essa juventude convive com diversas situações de não-reconhecimento, preconceitos, marginalidade e exclusão (WEISHEIMER, 2005, p. 8).

O jovem acampado sente no seu cotidiano o “não-reconhecimento, preconceito, marginalidade e exclusão” citados por Weisheimer, ele não possui oportunidades de evoluir intelectualmente. É necessário o apoio de toda comunidade para construir nos jovens uma identidade, como sujeito de direitos.

O abandono do campo por parte dos governantes, a falta de políticas públicas que possibilitem uma vida confortável, tira dos jovens suas perspectivas de futuro

promissor, de uma vida boa na área rural, resta a estes se mudarem para as cidades em busca de um futuro melhor. Busca essa ilusória, com pouco estudo o jovem se torna força de trabalho barata, passa viver uma vida infeliz ganhando apenas para seu sustento e continua sem oportunidades de evoluir.

Dentro de casa, no interior das famílias, há outras barreiras para os jovens que os limita e é também outro facilitador para tirá-lo do campo, a distribuição da renda, e a definição da forma de trabalho que será utilizada na propriedade. O patriarca da família fica responsável pela administração da propriedade e também da renda, impossibilitando o jovem de promover mudanças no espaço ou na forma de trabalho, e também impedindo-o de ter sua própria renda.

A evasão dos jovens do campo não é algo de hoje, mas vem aumentando ano a ano, há décadas o Brasil vem sofrendo com a migração dos povos do campo para cidade. Neste processo de migração percebe-se também a masculinização do campo, pois conforme mostraram os autores Camarano e Abramovay (1999) “em 1950 havia mais moças que rapazes no meio rural brasileiro” citado por VALLE LIMA et al (2013), mas nas décadas seguintes esse numero aumentou de forma que “em 1996 o número de rapazes na faixa de 15 a 24 anos foi superior em 14% ao número de moças.” Pesquisas mais recentes mostram que essa ainda é uma realidade e a masculinização do campo continua a todo vapor:

Dados do Censo brasileiro de 2010, por exemplo, indicam que a população brasileira, com um total de 190,7 milhões de pessoas, está concentrada nas cidades, onde vive 84,36% deste total. Por outro lado, entre os 15,64% que vivem no meio rural, 8,23% são homens, e 7,41% são mulheres, o que evidencia uma continuação, nesta década, da tendência que vem sendo observada no Brasil desde os anos cinquenta. (VALLE LIMA *et al*, 2013)

Para as moças, por muito tempo o campo restringiu ainda mais as realizações pessoais, cabiam a elas casarem-se e serem donas de casa. Com o passar dos anos as moças perceberam que precisavam buscar mais, era importante ter seu dinheiro, administrar as finanças pessoais ou da família, estudar, sonhar e realizar, ser protagonista de sua história, e o caminho mais propício era ir para cidade.

Hoje a mulher camponesa já não é mais aquela que não participa da administração da casa, ela tomou consciência do seu lugar e busca em meio a muitas dificuldades conquistar cada vez mais espaço em um universo costumeiramente masculino, mas, assim como os jovens as maiores dificuldades enfrentadas são a falta de direitos, de apoio dos governantes, de políticas públicas

específicas direcionadas à formação das mulheres, e isso faz com que a opção para as moças de deixarem o campo ainda seja vantajosa.

A evasão dos jovens acampados é algo ainda pouco discutido, há poucas pesquisas ou literaturas sobre o tema, mas, ano a ano vem avançando e ganhando espaços nas discussões da academia, isso se dá também devido a inserção desses sujeitos no ensino superior, estando inseridos nesse meio, trazem seus debates, suas expectativas e vão atrás de suas respostas, um exemplo disso é o trabalho da ex aluna da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul), Fernanda Paula Piran Kusniewski que fez sua dissertação sobre a evasão dos jovens dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos freire, de Rio Bonito do Iguçu com o título: Agroecologia e Educação do campo: meios de promover a permanência do jovem no campo?.

3 A VIDA NO CAMPO BRASILEIRO: O PONTO DE VISTA DOS JOVENS MEMBROS DE FAMILIAS MOBILIZADAS NA LUTA PELA TERRA E PELA REFORMA AGRÁRIA DO ACAMPAMENTO PORTO PINHEIRO

Este capítulo tem por objetivo apresentar os resultados da pesquisa realizada com oito jovens que moraram no acampamento Porto Pinheiro, para a escolha destes foram utilizados 3 critérios: 1) deveriam ter participado da ocupação; 2) terem participado do momento de divisão dos lotes; 3) terem saído sozinhos do acampamento, não com suas famílias.

O capítulo está dividido em cinco partes, a saber: 3.1 O CASO DO ACAMPAMENTO: resgate da história; 3.2 JOVENS MEMBROS DAS FAMÍLIAS DO ACAMPAMENTO: resgate da história e trajetória dos jovens do acampamento; 3.3 A QUESTÃO AGRÁRIA NA VISÃO DOS JOVENS: Resultados das respostas ao questionário; 3.4 EDUCAÇÃO E TRABALHO NA VISÃO DOS JOVENS: Resultado das respostas ao questionário; 3.5 PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NA LUTA, PERSPECTIVAS DE FUTURO NA VIDA CAMPONESA NA OPINIÃO DOS JOVENS: Resultado das respostas ao questionário.

3.1 O CASO DO ACAMPAMENTO

O Acampamento Porto Pinheiro está localizado no município de Porto Barreiro (PR), e trata-se de um acampamento de camponeses mobilizados pelo direito a terra e em defesa da reforma agrária, sob liderança política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, com cerca de 100 famílias, iniciado em 1998, em um latifúndio cuja propriedade é reivindicada pela empresa denominada Manasa³ S.A. São, portanto, 20 anos (entre 1998 e 2018) de uma área acampada sem regularização por parte do INCRA, onde nenhum governo e nenhum movimento

³ A Manasa é uma madeireira nacional fundada em 1966, que atua na produção e exportação de madeira e também na produção e venda de maçãs a partir da empresa Frutasa fundada por ela. É uma sociedade anônima fechada com capital social de R\$ 51.311.986,60 (Cinquenta e um milhões, trezentos e onze mil e novecentos e oitenta e seis reais e sessenta centavos) (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, 2018; RIPARDO, 2004)

apegado a qualquer governo federal ou estadual contribuíram para exigir que se solucionasse a situação.

Em 1998 quando se deu a entrada no latifúndio foram 376 famílias acampadas no local, oriundas de diversos municípios do estado do Paraná. As famílias foram coordenadas pelo MST primeiramente nos entornos da BR 158, em Laranjeiras do Sul onde estavam reunidas cerca de 1000 famílias que foram distribuídas em diversas ocupações em vários municípios do Estado.

Logo no início os homens começaram o cultivo coletivo da terra, foi escolhido um espaço (cerca de 20 alqueires) de fácil manejo, ou seja, mata fina de fácil derrubada, localizado à cerca de 5 km da sede do acampamento.

Por se tratar de, um tipo de trabalho, que necessitava muito esforço físico no mato, somente os homens foram destacados para o trabalho.

Em um acampamento diversos motivos, tais como medo, insegurança, fome, forma de direção da coordenação do movimento, falta de condições de alimentação, saúde e educação levam as famílias a desistirem. Neste Acampamento que estamos estudando ocorreu uma grande redução do número de famílias. Após seis anos de acampamento, das 376 famílias presentes na ocupação restaram 96⁴. De acordo com liderança local havia momentos de maior evasão:

Maior momento de evasão das famílias nos primeiros anos era após as colheitas e isso acontecia por dois motivos, ou as famílias não tinham dinheiro ai quando vendiam o que tinham produzido pegavam o valor e iam embora, ou ao conseguir um dinheiro as famílias ficavam com mais medo de perder o tempo e o trabalho pegavam o dinheiro como “pagamento” do que já havia sido feito e iam embora. (Liderança 2)

Em 2004, as famílias que se encontravam acampadas tomaram uma importante decisão. Primeiro em reunião da direção do acampamento e depois por aprovação em assembléia, resolveu-se fazer por conta própria a divisão da terra, cada família recebeu certa quantidade, mudando-se cada uma para o seu terreno, para facilitar o trabalho e dar maior qualidade de vida as famílias. Esta foi a resposta das famílias contra a omissão do Estado e do seu órgão (INCRA) que seria responsável pela reforma agrária e fazer o assentamento das famílias em seus lotes.

⁴ A área total da fazenda era de mais de 5 mil hectares o que comportaria todas as 376 famílias da ocupação, mas, com o passar de 6 anos e as inúmeras dificuldades encontradas pelas famílias a redução do número chegou a 96 que hoje ocupam 1796 hectares.

As questões relevantes para tomada de tal decisão foram que algumas pessoas tinham que andar vários quilômetros para chegarem aos locais onde ficavam as suas roças. O trajeto era muito desgastante, somado à situação que marca as condições de vida das pessoas em um acampamento, com barracos muito próximos uns dos outros, falta de privacidade das famílias, falta de espaço para se ter uma horta e criar seus “bichos”, galinha, porco entre outros. Tudo isso e acrescido pela omissão do INCRA, contribuiu para que as famílias fizessem a divisão dos lotes entre elas.

Após se espalharem na área o acampamento continuou sofrendo com o processo de evasão das famílias originais da ocupação. Partes das famílias passaram a vender seus lotes (cerca de 60%, entre 2004 e 2018 trocaram ou venderam os seus lotes para outras famílias de camponeses). No entanto, as famílias que permanecem resistindo na área possuem uma identidade camponesa forte. É isso que as fazem resistir ante a omissão do Estado em fazer a regularização das famílias que vivem sob a condição de posseiros sob constantes ameaças de despejos por parte da justiça, da política e do Estado dos latifundiários. Nenhum governo, de nenhuma das siglas que passaram pela gerencia do Estado brasileiro foi capaz de fazer a regularização dessas famílias.

Constata-se que, embora haja uma identidade camponesa das famílias, principalmente dos casais que moram em cima dos lotes divididos, de permanecer na área, a juventude formada pelos filhos dessas famílias não vê perspectivas em permanecer no local, migrando para as cidades em busca de melhores condições de vida, de estudo e de trabalho, isso prejudica também a continuidade da escola, que no ano 2000 chegou a ter 140 alunos, o maior número de estudantes até então. Conforme relato de liderança do acampamento:

Hoje a escola possui 40 alunos, é muito bem estruturada contando até com laptops para uso dos alunos. A maior dificuldade é que com a evasão dos jovens nascem poucas crianças e o numero de alunos só diminui.
(Liderança 1)

A escola já recebeu ameaças de fechamento se o número de estudantes reduzisse significativamente, o que implicaria na formação das crianças enquanto membros da luta camponesa, pois na escola do acampamento recebem uma formação diferenciada contando com informações da história do acampamento, da

luta dos movimentos sociais, bem como momentos que valorizam a vida no campo como a festa da troca de sementes e mudas que aconteceu durante vários anos, no mês de setembro.

A festa da troca de sementes que nós fazíamos era muito boa, envolvia a comunidade como um todo, e muitas vezes nós fazíamos até intercâmbio com outras escolas, então era bem interessante, a gente conseguia trazer as famílias para a escola, quando você troca mudas e sementes você troca junto conhecimento, no entanto com a mudança de administração do município isso foi deixado de lado, esse estilo de fazer educação, nós não tivemos mais apoio, incentivo, enfim, acabou parando. (Liderança 1)

Esta comemoração mudou para “festa da família”, que será realizada em outubro.

Esse ano será em outubro, é um dia para as famílias irem a escola, conversar, brincar com gincanas, apresentação dos alunos, e o nosso tradicional arroz de tacho. (Liderança 1)

O acampamento Porto Pinheiro não é o único em nosso estado que está nessa situação de “espera” da regularização. Há no município de Laranjeiras do Sul o acampamento Recanto da Natureza e, de acordo com Nunes e Ank (2016), na região sudoeste há ao menos 13 acampamentos com um total de 307 famílias. Todos com cerca de 20 anos de ocupação e que já dividiram os lotes internamente.

O MST também possui diversos setores como, de Juventude, cultura, educação, formação, mas estes nunca se fizeram presentes no acampamento Porto Pinheiro, somente o setor de educação acompanhou a escola em seu início, mas “desapareceu” sem dar explicações, simplesmente deixou de se comunicar com a escola.

3.2 JOVENS MEMBROS DAS FAMÍLIAS DO ACAMPAMENTO

No ano de 1998 quando ocorreu a ocupação, com a participação das 376 famílias havia dezenas de jovens, que logo buscaram meios de integração social. Foi construído um campo de futebol e formado um grupo de jovens que se reuniam todos os sábados, os objetivos eram dar maior ocupação ao segmento jovem na vida da comunidade formada pelo acampamento. Preparavam atividades culturais e faziam apresentações para a comunidade (apresentações para dia das crianças, mães, pais, natal etc.), entre outros. Havia pouco ou nada de formação política para

os jovens, ao máximo se recebia algum material para leitura, mas sem nenhuma orientação. Devido este motivo as discussões nunca se estenderam para estimularem os jovens a participar da luta, de forma protagonista.

Por se tratar de uma área com plantio de pinus e mata nativa as dificuldades já foram encaradas desde o primeiro momento para a construção dos barracos, que ficaram espalhados entre as árvores. Também para que se iniciasse a produção fez-se necessário derrubar a mata. O trabalho era braçal e pesado, com isso já se iniciou também a evasão dos jovens, alguns apoiados pelos pais que preferiam que seus filhos fossem para casa de parentes arrumar trabalho na cidade. Por se tratar de um trabalho difícil e de pouca ou nenhuma remuneração, levando em conta que o primeiro plantio foi para o auto-sustento (foram plantados coletivamente cerca de 20 alqueires de milho para divisão entre todo o acampamento).

O acesso à escola para os jovens era também outra dificuldade. Era necessário deslocar-se até a cidade, que fica em torno de 10 quilômetros da sede do acampamento. As estradas eram ruins e em dias de chuva os jovens tinham que caminhar boa parte do trajeto em meio à lama, pois, não era possível o ônibus chegar até o acampamento.

O preconceito era outra barreira a ser atravessada. As crianças ao se deslocarem para frequentar a escola na sede do município tinham que aprender a lidar com os olhares e comentários jocosos contra a situação das crianças de famílias acampadas em busca de um pedaço de terra para viver.

A vida embaixo da lona era outra dificuldade a ser superada, não havia condições básicas como luz elétrica ou água encanada. No verão o calor era extremo e no inverno a barreira contra o frio era fina. Com o passar do tempo alguns jovens foram casando, muitos foram se mudando, as crianças foram crescendo e se tornaram então elas os jovens.

Em 2004 (seis anos depois da ocupação) as famílias decidiram dividir os lotes por conta própria, sem o amparo do governo, por meio do INCRA, devido à lentidão do processo de desapropriação. Nesse momento o número de jovens, já muito diminuído, continuava a cair. Esta realidade se segue ano a ano e continua ainda hoje. Ao chegarem à maioria ou mesmo antes disso, os jovens vão para as cidades em busca de oportunidades de trabalho e estudo. Os motivos da saída são diversos: famílias grandes não conseguem manter todos os filhos no lote, poucas

condições de trabalho (trabalho muito pesado), insegurança pelo processo da área ainda não resolvido, entre outros.

A realização deste trabalho contou com a colaboração de oito jovens que pertenceram ao acampamento, mas hoje não se encontram mais no local. Eles responderam a entrevista por meio de questionário com perguntas descritivas, enviado via *whatsapp* após contado prévio. Estão identificados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Identificação dos jovens entrevistados.

Entrevistados	Sexo	Idade atual (anos)	Escolaridade	Ano que saiu do acampamento
Jovem 1	Feminino	24	Ensino médio	2012
Jovem 2	Masculino	23	Ensino médio	2013
Jovem 3	Masculino	31	Ensino técnico	2005
Jovem 4	Feminino	27	Ensino médio	2007
Jovem 5	Feminino	24	Ensino superior	2011
Jovem 6	Feminino	25	Ensino médio	2012
Jovem 7	Masculino	22	Ensino superior	2013
Jovem 8	Masculino	30	Ensino médio	2007

Fonte: Pesquisa de campo.

Em meio à vida sofrida de um acampamento o jovem ainda assim tem a oportunidade de conviver com os demais de forma mais próxima. O ambiente permite, propicia, pois os barracos são lado a lado, os vizinhos estão sempre em rodas de conversas e chimarrão. O convívio entre os jovens os faz companheiros de luta e de dia a dia, e mesmo quando estes deixam o local levam consigo as experiências e recordam com saudades, conforme relato do jovem 7:

A vida era bem simples. Mas como praticamente nasci naquele meio, então, a adaptação foi natural. A exemplo de qualquer ocupação, moramos muito tempo em barracos de lona. Inverno e Verão eram estações em que sentíamos literalmente. Alimentação sempre "pesada" como cafés da manhã com ovos e mandiocas por exemplo. Energia elétrica demoraram mais de 15 anos para chegar. Enfim, eu poderia citar incontáveis dificuldades que passamos na ocupação. Porém, se faz necessário relatar que tudo isso valeu a pena, e em momento algum pensava-se em desistir da luta por um pedaço de terra e uma vida melhor, com dignidade e saúde. Me lembro como se fosse hoje as famílias reunidas pra discutir algo em prol do assentamento (na época acampamento). Reuniões de grupos, igrejas, escolas, futebol, etc. Lembranças de festas, momentos únicos e sempre muito aguardados (hahaha). Na realidade teríamos que escrever um livro que quiséssemos falar do tempo em que passamos na ocupação. Tantos fatos que marcaram pra eu que passei minha infância, adolescência e boa parte da juventude também nesse meio. Mas pra resumir, foi magnífico, me arrependo de ter saído e não ter feito muitas coisas. Cresci muito enquanto

peessoa... Ate mesmo valores como respeito, humildade e gratidão desenvolvidos lá. Não vou negar....SAUDADES. (Jovem 7)

3.3 A QUESTÃO AGRÁRIA NA VISÃO DOS JOVENS

Como os jovens vêem a questão agrária? Este é um fator importante para entender sua presença ou evasão do/no campo. De acordo com a pesquisa os jovens têm dificuldades em falar sobre tal questão, pois, há pouco aprofundamento por parte dos que não conseguiram ingressar no ensino superior com relação a termos como “questão agrária” e “latifúndio”. Por isso as respostas são mais no sentido de comentar a vida no campo. Percebe-se que não estão contentes com a situação da vida no campo apesar das melhoras:

Jovens nem um não quer ficar mais nessa área de assentamento, nessa permanência camponesa né, todos estão saindo pra fora, morar fora, pra estudar, mas, as condições estão bem melhores agora né, todo mundo mudou completamente, a situação agora, mesmo sendo a terra não sendo legalizada, eles conseguem ter a sua renda do leite, a estrutura dos latifundiários é bem complicada né, por que lutam, lutam e lutam e não conseguem nada praticamente, isso é bem complicado na área e os jovens nem tanto não participam né, pela terra, alguns participam , alguns não estão nem ai, e agora eu no caso não moro mais la né no assentamento, já moro na cidade, e se um dia puder voltar pra la eu volto. (Jovem 1)

Agora tá mais difícil para os latifundiários as pessoas que lutam pra ter um pedaço de chão acho que os caras lá de cima estão mais fortes e também sem nenhum pingo de piedade ...E fato. Os filhos de fazendeiros sim esses pretendem seguir os passos dos pais agora jovens que vivem pro mst uns vivem e lutam até o fim mais a maioria desiste e vão para as cidades em busca de garantia de vida melhor e também por segurança e também dinheiro (Jovem 6)

Já para os jovens que cursaram o ensino superior o assunto fica mais claro e por isso as respostas são mais explicativas e contém maiores argumentos a nível mais amplo como “país”:

20 anos depois acredito que esteja melhor, eles até tem internet, no nosso tempo nem casa tínhamos, só basta agora ter força de vontade e lutar de verdade pelos ideias propostos, as dificuldades são muitas, pois os latifúndios tomam conta do país, a má distribuição de renda só piora, os políticos só pensam em roubar o dinheiro do povo e ainda são eles também os donos dos maiores latifúndios, mas percebo que as pessoas ainda têm sangue nos olhos. E um direito de todos né. Não somos ladroes, nem baderneiros. (Jovem 5)

Uma desigualdade enorme, com um Oceano de diferença. Vejo como um problema do País que precisa ser resolvido. A concentração de grandes Latifúndios em mãos de poucas pessoas só aumenta a desigualdade social

e a pobreza do País. A luta camponesa por vezes não tem representação nos órgãos e poderes públicos e isso dificulta ainda mais. (Jovem 7)

De modo geral os jovens não se mostram contentes com a vida no campo, este espaço apesar dos avanços ainda é tido como lugar de atraso, o acesso à terra em quantidade suficiente para se ter uma vida digna é um dos maiores empecilhos para volta dos jovens para o campo.

3.4 EDUCAÇÃO E TRABALHO NA VISÃO DOS JOVENS.

No questionário há dois momentos em que tratamos de educação. O primeiro é sobre as memórias escolares da infância e adolescência e o segundo é sobre educação voltada à fase adulta e realização profissional. Em se tratando de memórias, os jovens relataram, em sua maioria, que apesar da escola do acampamento em seu início possuir estrutura física precária e à vida nos barracos sem luz elétrica, por exemplo, dificultar estudar, o ensino era bom. Todos gostavam de estudar e possuem ainda hoje grande carinho pelos professores que tiveram:

Lembro que a maior parte dos professores vinha de fora e faziam o possível pra fazer o melhor. Já a escola era precária a situação, não tinha um refeitório onde os alunos podiam sentar, os banheiros eram péssimos e a escola era pequena, mas mesmo assim gostava de estudar e a gente conseguia aprender por que os professores eram dedicados. (Jovem 4)

Aaaá meu Deus que tempo maravilhoso nossa me lembro daquele pé gigantesco de guavirova que tinha na frente da escola sem falar do professor Renê e também da Josi me lembro que quando era muito frio muito mesmo pq oooooo lugarzinho frio da peste ...kkkk eles pediam pra gente levar pantufas e também serviam sopão o que pra gente era uma festa as brincadeiras impossível esquecer, eles eram atenciosos, faziam de tudo para nos ensinar...sem falar do colegial e emoção de andar de ônibus pra ir pra escola. Mais mal sabíamos o nossos pais passavam eles sofreram nos não. (Jovem 6)

Alguns dos entrevistados já iniciaram seus estudos na escola da sede do município e desde o início sofreram com as dificuldades de transporte, estrada, questões comuns nos municípios da região:

Olha, minha memória escolar foi a seguinte eu já comecei estudando no Porto Barreiro no colégio Gabriela Mistral, era uma escola boa, os professores eram bons, eu adorava frequentar a escola, tinha muitos amigos e o local era muito agradável. (Jovem 8)

Minha primeira escola foi em Porto Barreiro. A escola pras condições do município era boa, professores bons, aliás naquela época os alunos tinham

mais respeito com os professores nós tinha um pouco de dificuldade no transporte principalmente época de chuva estrada de terra barro, tinha que andar boa parte do trajeto a pé. (Jovem 3)

Quando o assunto é educação na fase adulta envolve uma questão chave para saída dos jovens do campo, a oportunidade de continuidade dos estudos após o término do ensino médio e o ingresso no ensino superior. O acampamento Porto Pinheiro está localizado a cerca de 20 km de Laranjeiras do Sul, cidade mais próxima com instituições de ensino superior. A situação das estradas e a distância são fatores que dificultam o deslocamento diário para quem reside no local, isso propicia aos jovens ir morar na cidade:

Consegui realizações de estudo e profissionais depois da saída do local. Quando morava lá não tinha muitas oportunidades para estudar. (Jovem 2)

Estudei até o terceiro ano colegial no porto Barreiro hoje sou técnico em química em Bauru SP. (Jovem 3)

Ter saído de lá pra mim facilitou na realização de meus projetos, também conheço vários jovens que saíram de lá e conseguiram se formar profissionalmente e se deram bem, mas acho que para os jovens é mais fácil, diferente de quem tem família, que a maioria que saíram e não tiveram a mesma sorte que tinham quando moravam lá. (Jovem 4)

Vim para cidade aos 17 anos para cursar faculdade. (Jovem 5)

A maioria dos jovens pontua a educação como ponto decisório para o abandono do campo, a dificuldade para se manter financeiramente na faculdade também é um fator relevante, pois no campo há pouca renda mensal, o dinheiro do pequeno camponês muitas vezes chega a partir da venda de produtos que não seguem um cronograma, são vendidos as vezes mais as vezes menos. Indo morar na cidade além de facilitar a chegada diária na faculdade também há a possibilidade de trabalhar e ter uma renda fixa mensal.

3.5 A PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE NA LUTA E PERSPECTIVAS DE FUTURO NA VIDA CAMPONESA NA OPINIÃO DOS JOVENS.

Para os jovens entrevistados a participação da juventude⁵ na luta é fraca, precisa ser incentivada, o jovem tem que encontrar seu lugar nesse meio e

⁵ A partir das ciências médicas, foi elaborada a concepção de puberdade para denominar a fase de transformação no corpo do indivíduo. A psicologia e a psicanálise criaram a concepção de adolescência para explicar o período correspondente às mudanças na personalidade e no

promover as mudanças que achar necessário para uma vida confortável no campo para com isso não acabar lhe restando a ida para a cidade como a única oportunidade de melhora.

Eu acho que a maioria dos jovens não tenham interesse em ficar lutando pela terra, pois isso é um processo demorado. (Jovem 2)

Acredito que os jovens deveriam lutar mais. Não vejo tanto amor na luta, talvez até falta de incentivo por parte da militância. (Jovem 5)

É lamentável falar, mais ainda é pouco. Os jovens ainda não entenderam a força que têm na luta pela terra, mas eu não os culpo totalmente. O Movimento em si precisa melhorar nesse sentido, despertando os jovens pra a luta e abrindo seus olhos pra ver e compreender o mundo em que vivem, assim, lutar por ela. Falta muita instrução pra esses jovens que por muitas vezes até esquecem que a luta do pai e mãe também é deles. Não se trata de crítica, mas creio que os jovens podem mais do que se vê hoje, mas talvez nem saibam. (Jovem 7)

Segundo as entrevistas o jovem tem desanimado com a vida no campo apesar de ter melhorado muito, os processos dos assentamentos tem demorado muito, muitas famílias continuam com o pensamento de que o campo é lugar de atraso, portanto o jovem deve ir para cidade para evoluir. Muitos camponeses não estão conseguindo passar o “amor a terra” para os seus filhos, com isso o jovem também não percebe seu importante papel na luta, não percebe que ele é o futuro. Não há como falar de superação da fome, de produção de alimentos saudáveis sem pensar no jovem promovendo a revolução no campo.

O quadro a seguir mostra as respostas dos jovens em relação a ultima questão do questionário da pesquisa: “quais foram os motivos que levaram a saída? Retornaria dentro de alguma condição? Qual?”

Quadro 2 – Motivos que levaram a saída dos jovens do acampamento e perspectivas de retorno.

Entrevistados (as)	Quais foram os motivos que levaram a saída?	Retornaria?
Jovem 1	Me casei e vim morar na cidade.	Se um dia puder voltar pra lá volto sim.

comportamento humano. Para a sociologia, a concepção de juventude é o período de interstício entre funções sociais da infância e as funções sociais do homem adulto (ARIÉS, 1981 *apud* BARCELLOS, 2014, p. 29).

Jovem 2	O motivo da saída foi ir em busca de estudo e outras oportunidades.	Por enquanto não voltaria.
Jovem 3	Sai para trabalhar na cidade pois era difícil serviço a não ser no campo, era muito sofrido.	Retornaria sim se tivesse condições de comprar um sitio próprio.
Jovem 4	Sai de la para trabalhar e logo depois casei, nunca tinha pensado nessa questão de voltar.	Voltaria se não tivesse outra opção, mas vontade de voltar não tenho.
Jovem 5	Sai para estudar mesmo. Tinha passado no vestibular . Os movimentos sociais ainda me encantam muito.	Retornaria pra militância somente, morar la não.
Jovem 6	Eu sai pelo motivo que meu ex marido não quis mais viver aí ele era mecânico e fomos morar em Curitiba para ter Uma vida mais confortável e planejar futuro ...	Eu retornaria sim se pudesse mudar o passado matar os meus monstros ...E se fosse tudo igual como eu deixei quando parti...isso não aconteceria ..então eu não retorno
Jovem 7	Eu diria que familiar. A família não entendeu que eu poderia estudar e morar no campo. Como eram eles quem mandavam precisei sair. Sai muito jovem com 17 anos, e não era capaz de convence-los que esse não era o caminho. Sinto falta e sem dúvida retornaria. O acesso a educação, sempre foi uma condição. Acredito muito, quem sabe até demais que só a educação transforma e muda situação. É evidente que a questão de trabalho que te traga	Sim, retornaria.

	renda suficiente pra sobreviver e ter vida digna é básico.	
Jovem 8	Sai para trabalhar.	Não retornaria.

Fonte: Pesquisa de campo.

Não é boa a imagem dos jovens sobre o campo brasileiro. Assim é a imagem dos jovens sobre o campo, tendo a experiência por terem vivido em um acampamento do MST, que passou de 20 anos sem fazer a reforma agrária, atravessando os 14 anos de gerenciamento do Estado brasileiro pelo PT, legenda que é apoiada pelo MST.

Além da compreensão política não revelar nenhuma compreensão do tipo de capitalismo e da sociedade de classes em nosso país, os jovens revelam uma visão sobre o campo bastante superficial.

Afirmações do tipo “retornaria sim, se tivesse condições de comprar um sítio próprio”, entre outras condições anunciadas pelos jovens pesquisados como “se não tivesse outra opção”; “se pudesse matar o passado e os meus monstros”, ao lado dos que afirmaram que “não voltaria”, revelam que os jovens que participaram da pesquisa não guardam uma boa lembrança nem vêem perspectivas na luta pela terra. Dois oito respondentes apenas um afirma que retornaria para o campo “somente para militância”, emendando em seguida, “morar lá não”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há diversos motivos que contribuem para que o jovem não permaneça no campo, alguns deles podem estar até mesmo no interior das famílias, como por exemplo, a dominação do pai que não permite que o filho administre a propriedade, tome decisões, faz com que o jovem seja sempre seu subordinado, e ele por sua vez tem a necessidade natural de emancipar-se e para que isso aconteça acaba restando a opção de se mudar para cidade. Outro motivo também bastante presente é o tamanho do lote, se a família tiver mais que um filho ele já não é suficiente para suprir as necessidades de todos, poderá ficar apenas um dos filhos morando na propriedade enquanto os outros terão que se mudar para cidade. O preço alto da terra também é algo muito relevante, o pequeno camponês na maioria das vezes não possui renda suficiente para ajudar seu filho comprar um pedaço de terra.

Os estudos realizados contribuem para a compreensão da realidade camponesa no Brasil. Destaca que a questão do trabalho e, por conseguinte, a situação da renda, é o principal motivo pelo qual a juventude abandona o campo.

A educação aparece associada como um meio para acessar melhores condições de vida e de trabalho. Esta educação é mais difícil de ser acessada pelos jovens do meio rural, razão pela qual, a falta de políticas públicas de educação para o campo brasileiro contribui para a evasão dos jovens do campo brasileiro.

Outro fator constatado pelo estudo foi a fragilidade ou falta de formação política dirigida aos jovens das famílias que estavam lutando pelo acesso a terra, pelo MST que dirigia o Acampamento estudado.

A própria compreensão sobre a questão agrária brasileira por parte dos jovens não ultrapassa a esfera do senso comum, não demonstrando ter conhecimento sobre a natureza histórica do latifúndio como fator de atraso da nossa sociedade e de dominação do nosso país pelo imperialismo.

A dominação do campo pela lógica da mercadoria e o tipo de capitalismo atrasado que temos em nosso país tem as suas raízes na estrutura fundiária montada em latifúndios, cujo poder vai das grandes fazendas aos cartórios e destes às câmaras de vereadores, aos fóruns do poder judiciário e aos gabinetes de prefeitos, na esfera municipal, chegando até as altas cúpulas do sistema de poder do estado brasileiro, nos níveis estaduais e federal, como estado burguês-latifundiário serviçal do imperialismo.

Este estudo revelou que mesmo com a escolarização mais elevada os jovens que abandonaram o campo, que viveram com suas famílias em acampamentos em defesa da reforma agrária, não expressam a forma como a questão agrária representa o anel da forma de manutenção da semifeudalidade e da semicolonialidade em nosso país.

O desenvolvimento deste estudo foi muito importante na medida em que permitiu uma revisão dos estudos sobre a realidade do campo brasileiro, permitindo atualizar em um nível acima a questão da relação entre a educação e a questão agrária brasileira.

Os estudos permitiram esclarecer sobre os limites dos discursos que marcam a educação do campo em relação às necessárias transformações sociais que se fazem necessárias em nossa sociedade. Ao buscar os esclarecimentos teóricos sobre esses limites, o desenvolvimento deste trabalho indica para a necessidade de prosseguir os estudos e desenvolver mais investigações sobre a natureza da questão agrário-camponesa a partir dos seguintes tópicos:

- Semicolonialidade e educação;
- Semifeudalidade e educação;
- A relação entre educação do campo e o tipo de capitalismo burocrático implantado em nosso país para servir aos interesses do imperialismo;
- A relação proposta no processo de formação do professor da educação do campo com a sua classe – a classe dos camponeses pobres sem terra ou com pouca terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo. **Questão Agrária no Brasil do Século XXI**: uma abordagem a partir da Geografia. São Paulo: Terra Livre, ano 27, v.1 n. 36, p.69-95, jan-jun 2011.

BARCELLOS, Sérgio Botton. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil: atores e fluxos políticos nesse processo social. Tese (doutorado) – Universidade Federal do rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, 2014.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CALDART, Roseli Salete (org). **Caminhos para a transformação da escola**: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo. São Paulo. Expressão Popular, 2011.

CASTRO, Elisa Guaraná; MARTINS, Maíra, ALMEIDA; Salomé Lima Ferreira; RODRIGUES, Maria Emília Barrios; CARVALHO, Joyce Gomes. **Os jovens estão indo embora?** Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: Edur, 2009.

COSTA, S. H. G.; OLIVEIRA, A. U. O estudo das questões ruralistas na geografia brasileira. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica: Ed. especial, p. 1-22, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50. Ed. rev. e atual. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

HIDALGO, Angela Maria. De “educação para a responsabilização individual” para “educação e consciência de classe.” In ORSO, Paulino (org). Educação e luta de classes. S.P: Outras expressões, 2012.

CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (orgs) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Informações públicas do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. **"Manasa Madeireira Nacional Sa" (60.400.009/0001-11) de São Paulo, SP**. Disponível em:<<https://www.numerocnpj.com/empresa/manasa-madeireira-nacional-sa/6040009000111>>. Acesso em:16 mai 2018.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo e CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. São Paulo: ANCA, 2002.

KUSNIEWSKI, Fernanda Paula Piran. **AGROECOLOGIA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: MEIOS DE PROMOVER A PERMANÊNCIA DO JOVEM NO CAMPO?** 2018, 142 pg. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul. LARANJEIRAS DO SUL 2018.

LIMA, Suzana Maria Valle; VIEIRA, Luis Fernando; CASTRO, Antônio Maria Gomes; SARMENTO, Eduardo Paulo de Moraes. **Juventude Rural: Políticas e Programas de Acesso à terra no Brasil.** Brasília: NEAD/MDA, 2013.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MAKARENKO, Anton. **La colectividad y La educación de La personalidad.** Moscou: Editorial Progreso, 1977.

MENEZES, Marilda; STROPASOLAS, Valmir Luis; BARCELLOS, Sergio Botton (orgs.). Brasília: NEAD, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino; LIRA, Elizeu Ribeiro; CABRAL, José Pedro Cabrera e SANTOS, Roberto de Souza. (Orgs.). **Território em conflito, terra e poder.** Goiânia: Kelps, 2014.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes.** São Paulo: Cortez, 2005.

RIPARDO, Sérgio. **Manasa vende florestas à empresa americana para pagar dívidas.** Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u85986.shtml>>. Acesso em: 16 mai 2018.

SAVIANI, Dermeval e DUARTE, Newton (Orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações.** Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SEGANFREDO, Kátia. **A construção da educação do campo: marcos e perspectivas.** Disciplina: Escola e Educação do Campo. Laranjeiras do Sul, 13 abr. 2015.

SILVA, José Graziano da. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: 7 (3): 2-10, julho/setembro 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos Jovens.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

TSE-TUNG, Mao. **Sobre a prática e sobre a contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes Rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

Anexo 1 - Questionário semi-estruturado para entrevistas dos jovens camponeses

A LUTA PELA TERRA SOB A PERSPECTIVA DA JUVENTUDE: OS JOVENS FILHOS DE FAMÍLIAS CAMPONESAS PARTICIPANTES OU QUE PARTICIPARAM DE MOVIMENTOS PELA REFORMA AGRÁRIA NO ACAMPAMENTO PORTO PINHEIRO

- 1- Memória familiar sobre a participação de seus pais na luta pela terra.
 - 1.1- Qual a sua idade, qual a idade dos seus pais quando se deu a ocupação?
 - 1.2- Lembranças e memórias sobre a vida familiar na luta pela terra, ao longo dos 20 anos de ocupação ou enquanto morou no local.

- 2- Memória escolar
 - 2.1- Descreva sobre as escolas que frequentou, as primeiras aulas, primeiros professores e as condições da escola e do local onde estudou.

- 3- Memórias da participação no trabalho da vida familiar.
 - 3.1- Como era o trabalho na produção para auto-sustento?
 - 3.2- O trabalho na produção de bens para comercialização?
 - 3.3- O trabalho remunerado?
 - 3.4- Você participava de algum desses trabalhos?

- 4- Projetos de estudo, trabalho e projeção profissional.
 - 4.1- Os cursos desejados e concluídos; projeção de trabalho e renda; desejos e realizações profissionais. Estes se deram durante sua vivência no local ou depois?

- 5- Expectativas de permanência ou não dos jovens na atividade camponesa.
 - 5.1- como você percebe as condições atuais da vida no campo e das famílias camponesas em termos de educação, trabalho e renda?
 - 5.2- Como você percebe a estrutura agrário-latifundiária e a luta camponesa pela terra?
 - 5.3- Qual o grau de comprometimento e participação desses jovens na luta camponesa pela terra, se desejam viver como famílias camponesas e como prevê seu futuro nessa condição.
 - 5.4- se não mora mais no local, quais foram os motivos que levaram a saída? Retornaria dentro de alguma condição?

Anexo 2 - Questionário semi-estruturado para entrevistas com liderança do acampamento Porto Pinheiro (Manasa) no município de Porto Barreiro.

A LUTA PELA TERRA SOB A PERSPECTIVA DA JUVENTUDE: OS JOVENS FILHOS DE FAMÍLIAS CAMPONESAS PARTICIPANTES DE MOVIMENTOS PELA REFORMA AGRÁRIA NO ACAMPAMENTO PORTO PINHEIRO

- 1- Como se formou o acampamento?
- 2- Quando foi dividida a terra?
- 3- Quantas famílias tinha no início do acampamento, quantas famílias permaneceram?
- 4- Das famílias que iniciaram o acampamento quantas se encontram na terra atualmente?
- 5- Quando foi organizada a escola? Quantos alunos tinham no início, quantos alunos tem hoje?
- 6- Quais são as principais cultivares ou rebanhos produzidos nos “lotes”?
- 7- Quais são as maiores dificuldades para viver na terra?
- 8- Você vê condições dos jovens filhos das famílias darem continuidade ou não da luta pela terra? Por quê?

Anexo 3 – Fotos

Foto – 1: Chegada no latifúndio para a ocupação.



Fonte: Arquivo da escola Cândida Oliveira Luz (escola do Acampamento)

Foto – 2: As famílias escolhem lugar para fazer os barracos.



Fonte: Arquivo da escola Cândida Oliveira Luz (escola do Acampamento)

Foto – 3: Apresentação cultural (festa junina).



Fonte: Arquivo da escola Cândida Oliveira Luz (escola do Acampamento)

Foto – 4: Crianças dançando quadrilha em festa junina.



Fonte: Arquivo da escola Cândida Oliveira Luz (escola do Acampamento)

Foto – 5: Escola na fase inicial do Acampamento.



Fonte: Arquivo da escola Cândida Oliveira Luz (escola do Acampamento)

Foto – 6: Primeiras turmas multisseriadas



Fonte: Arquivo da escola Cândida Oliveira Luz (escola do Acampamento)

Foto – 7: Escola hoje.



Fonte: A autora.

Foto 8 – Sede atual do Acampamento.



Fonte: A autora.

Fotos – 9 e 10: Placas que indicam a localização do acampamento



Fonte: A autora